



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
95ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A nonagésima quinta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos
2 ocorreu ao sexto dia do mês de junho de dois mil e dezoito, às quatorze horas
3 e teve lugar no auditório da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável, Av. Borges de Medeiros, nº 261, 15º andar, Porto Alegre – RS.
5 **Conselheiros Presentes:** **Maria Patrícia Möllmann** – SEMA – Presidência;
6 **Leandro Jacobsen** - Representante SEAPI; **Reinaldo Leite Gambin** –
7 Representante Secretaria dos Transportes; **José Rafael Prestes** –
8 Representante Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão; **Luis Feijó**
9 – Representante Secretaria da Saúde; **Julce Clara da Silva** – Representante
10 Secretaria da Saúde; **Valquíria Chaves** – Representante Secretaria de Minas e
11 Energia; **Ricardo Núncio** – Representante SDR; **Maj. QOEM Maurício Vieira**
12 **Flores** - Representante SSP/Comando Ambiental; **Sérgio Cardoso** – Comitê
13 Gravataí; **Roberto Carvalho** – Comitê Santa Maria; **Claudir Alves** – Comitê
14 Passo Fundo; **Christian Linck da Luz** – Comitê Mampituba; **Leda Famer** –
15 Comitê Litoral Médio; **Renato Zenker** – Comitê Camaquã; **André Luiz Oliveira**
16 – Comitê Mirim São Gonçalo; **Nelson Narvaes** – Comitê Quaraí. **Conselheiros**
17 **Ausentes:** SOP, SDECT, Casa Civil, Sistema Nacional de Meio Ambiente e
18 Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Demais Presentes:** **Lisiane Porto** –
19 Comitê Santa Maria; **Patrícia Cerutti** – Comitê Várzea; **Ivan Carlos Viana** –
20 Comitê Várzea; **Ernani Daniel** – ADESCAN; **Eldo Frantz Costa** – Comitê
21 Santa Maria; **Eduardo Condorelli** – Comitê Negro; **Valery Pugatch** – Comitê
22 Lago Guaíba; **Adriano Reinnheimer** – Comitê Lago Guaíba; **Fernando**
23 **Meirelles** – DRH/SEMA; **Carmem Silva** – CRH/SEMA; **Gabriel Frota** –
24 CRH/SEMA. A Presidente **Maria Patrícia** deu início à reunião saudando a
25 todos e coloca duas de inclusões de pauta. Uma que trata da alteração do
26 Decreto Nº 52.931, uma resolução sobre os critérios de outorga e a outra
27 inserção é sobre o projeto de regularização dos poços, onde se pretende
28 apresentar uma proposta de estruturação de competências para o projeto.
29 Informa que serão feitas duas apresentações do DRH dentro das
30 comunicações, sendo uma sobre os planos de bacia endógenos e a outra
31 sobre o Qualiágua e passa a palavra ao diretor do DRH **Fernando Meirelles**.
32 **Fernando** expõe que estão sendo tomadas algumas iniciativas dentro do DRH
33 em conjunto com os Comitês para a elaboração dos planos de bacia
34 endógenos, que é uma mudança no processo de elaboração dos planos de
35 bacia, observando as resoluções do CNRH sobre a elaboração dos planos, ~~são~~
36 respeitadas integralmente. **Fernando Meirelles** faz breve apresentação sobre
37 a elaboração dos planos de bacia endógenos e um relato sobre a situação de
38 cada bacia quanto a elaboração/contratação dos planos. A seguir, entra no
39 segundo item das comunicações sobre o Qualiagua. E informa que recebeu da
40 FEPAM recentemente os dados do Qualiágua. Há um total de 127 pontos de
41 monitoramento e cada um deles tem a sua densidade de campanhas para
42 coleta de dados. Em apenas 5% das campanhas houve a medição de vazão, o
43 que proporcionaria calcular a carga dos parâmetros. Portanto, neste momento,
44 há apenas dados sobre a concentração e apresenta a planilha com os dados.
45 Salaria que após a reunião, a mesma será encaminhada aos Comitês para
46 conhecimento. A Presidente **Maria Patrícia** passa a palavra a **Claudir Alves**,
47 presidente da Câmara Técnica do Fundo de Recursos Hídricos – CTFRH-RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
95ª REUNIÃO ORDINÁRIA

48 para fazer o relato da reunião da CT. Este Informa que houve a apresentação
49 das secretarias que utilizam recursos do FRH pela SEMA, SEAPI e SDR e
50 comunicou a ausência dos representantes da SOP e SSP – Comando Ambiental;
51 informou que a CTFERH recomendará a observação, nas propostas
52 orçamentárias das Secretarias que utilizam recursos do FRH, para que os
53 municípios beneficiados com recursos da CFURH não sejam beneficiados por
54 ações e obras usando recursos do FRH e que sejam priorizados aqueles que
55 não recebem esta para destinação destas ações e obras. II - Ordem do dia.
56 **Item 1. Apreciação das atas da 28ª Reunião Extraordinária e 94ª Reunião**
57 **Ordinária do CRH:** Os Conselheiros presentes dispensam a leitura das atas e
58 a presidente Maria Patrícia coloca em regime de votação. **Aprovado por**
59 **unanimidade.** **Item 2. Resolução CRH nº 272/2018 – Safra 2018/2019 Ad**
60 **Referendum:** A Presidente **Maria Patrícia** esclarece que a resolução é sobre a
61 prorrogação de prazo de validade dos cadastros no SIOUT para fins de
62 financiamento. Após esclarecimentos, coloca a resolução em regime de
63 votação. **Aprovado por unanimidade.** **Item 3. Quadro de metas do segundo**
64 **ciclo do PROGESTÃO:** **Patrícia Cardoso**, Secretária Executiva do FRH, faz
65 relato sobre o histórico do primeiro ciclo do PROGESTÃO e apresenta o
66 quadro de metas para o segundo ciclo. Esclarece que haverá a publicação de
67 uma resolução de aprovação do quadro de metas do segundo ciclo. Salaria
68 que há apenas uma variável em que o Estado fica abaixo do nível mínimo
69 exigido, que seria relativo à cobrança pelo uso da água. Explica que o nível 3,
70 estipulado pela ANA, é quando já há a cobrança minimamente implantada.
71 Portanto, como o Estado não se enquadra, não há como se qualificar no nível
72 mínimo exigido. Após esclarecimentos, a Presidente Maria Patrícia coloca o
73 quadro de metas em regime de votação. **Aprovado por unanimidade.** **Item 4.**
74 **Proposta de Resolução que dispõe sobre critérios de restrição de uso**
75 **nas outorgas para abastecimento público:** A Presidente **Maria Patrícia**
76 passa a palavra ao Presidente da Câmara Técnica de Águas Superficiais -
77 CTASP, **Eduardo Condorelli**. O Presidente da CTASP fala da construção da
78 proposta na CT e após breves esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia**
79 coloca a proposta de resolução em regime de votação. **Aprovado por maioria,**
80 **com 01 abstenção.** **Item 5. Consulta do Comitê Ibicuí sobre aglutinação**
81 **das categorias dos Comitês de Bacia na Resolução nº 230/2017 (Taquari-**
82 **Antas, Baixo Jacuí, Vacacaí, Ijuí, Butuí e Mampituba):** A Presidente **Maria**
83 **Patrícia** coloca que a Secretaria Executiva do CRH recebeu uma consulta do
84 Comitê Ibicuí sobre a possibilidade de aglutinação de categorias. Cita que
85 achou importante trazer esta demanda à plenária do CRH, pois há outros
86 Comitês que tem esta aglutinação na sua composição como os citados acima.
87 Esclarece que dentro da Resolução 230, não há possibilidade de fazer esta
88 aglutinação. Após debate, há concordância entre os Conselheiros presentes de
89 que não há possibilidade de fazer aglutinações das categorias. **Itens 6.**
90 **Prorrogação do mandato da diretoria do Comitê Camaquã e Item 7.**
91 **Prorrogação do mandato da diretoria do Comitê Apuaê-Inhandava:**
92 **Carmem Silva**, secretária executiva adjunta do CRH, esclarece que a
93 justificativa do Comitê Camaquã para a prorrogação do mandato é a alteração
94 da composição do Comitê. A solicitação de prorrogação é até o dia 31 de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
95ª REUNIÃO ORDINÁRIA

95 outubro. Já quanto ao Comitê Apuaê-Inhandava, foi solicitada a prorrogação
96 devido a elaboração do plano de bacia que está atrasado. **Fernando Meirelles**
97 esclarece que ficou acordado com a empresa que está elaborando o plano o
98 prazo de até 29 de outubro para finalização. A Presidente **Maria Patrícia** então
99 esclarece que, com o prazo de terminar o plano até final de outubro e
100 considerando a necessidade de abertura do processo eleitoral do Comitê, a
101 prorrogação do mandato se deve ser até 30 de novembro. Não havendo mais
102 dúvidas, a Presidente coloca as prorrogações em regime de votação.
103 **Aprovado por unanimidade. Item 8, Item 9, Item 10 e Item 11. Alteração da**
104 **composição dos Comitês Camaquã, Caí, Turvo e Gravataí:** A Presidente
105 **Maria Patrícia** esclarece que, para estes itens, a ideia é fazer o relato e a
106 votação em bloco, visando otimizar o tempo. **Carmem Silva** faz breve
107 apresentação e esclarece as alterações propostas e aprovadas pelas plenárias
108 dos Comitês. Colocado as alterações de composição em regime de votação.
109 **Aprovado por maioria, com 01 abstenção do Conselheiro Ricardo Núncio**
110 **sobre a composição do Comitê Camaquã. Item 12, Item 13 e Item 14.**
111 **Alteração dos Regimentos Internos dos Comitês Passo Fundo, Várzea e**
112 **Turvo:** A Presidente **Maria Patrícia** coloca que, para estes itens, a proposta é
113 também fazer a votação em bloco, assim com os itens anteriores. **Carmem**
114 **Silva** faz relato sobre as solicitações de alterações propostas e, após
115 esclarecimentos, a Presidente **Maria Patrícia** coloca as propostas de
116 alterações dos regimentos internos em regime de votação. **Aprovado por**
117 **unanimidade. Item 15. Recurso Administrativo – Processo Eleitoral**
118 **Comitê Sinos:** **Carmem Silva** relata que todo o processo eleitoral ocorreu
119 dentro da legalidade. Explica que a comissão eleitoral do Comitê fez a triagem
120 prévia das fichas de inscrições e, as inscrições indeferidas, estão devidamente
121 justificadas em ofício. Informa que, após os indeferimentos, a Presidência do
122 CRH recebeu um recurso administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil –
123 Seção Canoas – OAB-RS e da Agência de Desenvolvimento Econômico e
124 Sócio Ambiental de Canoas - ADESCAN, duas entidades que tiveram suas
125 inscrições indeferidas. A Presidente **Maria Patrícia** coloca que, como quem
126 homologa o processo eleitoral é o CRH, a Presidência do Conselho respondeu
127 o recurso expondo as justificativas para os indeferimentos reforçando a posição
128 da comissão eleitoral e acabou optando por trazer este assunto para a reunião
129 do conselho, previamente a homologação do processo eleitoral, visando dirimir
130 possíveis conflitos. E considerando a Resolução CRH 230/2017, não há
131 categorias em que as entidades indeferidas se enquadrem. A Presidente **Maria**
132 **Patrícia** passa a palavra ao Presidente da ADESCAN, Sr. Ernani Daniel, para
133 fazer breve relato da posição da entidade frente ao indeferimento e recurso
134 administrativo, questionando a validade do processo eleitoral do Comitê e
135 expõe que não há concordância das entidades quanto ao indeferimento das
136 inscrições. A Presidente **Maria Patrícia** esclarece que a Resolução 230 foi
137 amplamente debatida pelo CRH e, na descrição das categorias que nela
138 constam, os pleitos em questão não se enquadram. Coloca que o debate sobre
139 a descrição das categorias pode ser reaberto, porém, com a condução do
140 processo eleitoral atual, não há como inserir as referidas entidades. Após
141 manifestações e proposições de retomar o debate da Resolução 230 na



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
95ª REUNIÃO ORDINÁRIA

142 Câmara Técnica Institucional e Jurídica - CTIJ, a Presidente **Maria Patrícia**
143 coloca em regime de votação a validação da decisão da comissão eleitoral do
144 Comitê e da Secretaria Executiva do CRH, indeferindo as inscrições e não
145 acolhendo assim o recurso administrativo. **Aprovado por unanimidade o**
146 **indeferimento do recurso administrativo.** Presidente coloca em seguida
147 ainda em regime de votação o encaminhamento do debate da Resolução 230 à
148 Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos. **Aprovado por**
149 **unanimidade o encaminhamento à CTIJ. Item 16. Proposta de Resolução**
150 **para Normatização de Transferência de Outorgas na Bacia do Rio**
151 **Gravataí: Sérgio Cardoso,** Presidente do Comitê Gravataí, esclarece que a
152 proposta é de provocar o Conselho sobre este assunto, visando ampliar a
153 discussão para todo o Estado. Cita ainda que a ideia é encaminhar o assunto à
154 CTIJ. **Fernando Meirelles** esclarece que acredita que as transferências de
155 outorga devem ser extintas, pois é uma prática antiga que hoje não tem mais
156 validade, tendo em vista que hoje a outorga é vinculada ao arrendatário e não
157 ao proprietário, invalidando a transferência de outorga. A Presidente **Maria**
158 **Patrícia** coloca que este assunto está vinculado a alteração de Decreto e
159 portanto acredita que o melhor encaminhamento seja encaminhar a matéria à
160 CTIJ. Após manifestações, a Presidente **Maria Patrícia** coloca em regime de
161 votação a proposta de encaminhar a matéria à CTIJ. **Aprovado por**
162 **unanimidade. Item 17. Minuta de Texto Generalista Decreto Nº 52.931 e**
163 **Resolução de critérios gerais de outorga de açudes e barragens:** A
164 Presidente **Maria Patrícia** esclarece que esta é uma matéria encaminhada pelo
165 CRH à CTASP e que agora volta ao Conselho com propostas de minutas. O
166 Decreto foi encaminhado a CTASP no sentido de ampliar o mesmo para outros
167 usos além da irrigação e corrigir uma falha referente a critérios de outorga, que
168 são competência deste Conselho. O atual item da pauta se propõe a alteração
169 do Decreto nos artigos que se referem à dispensa de outorga, criando uma
170 resolução para tratar deste assunto e também uma recomendação de alteração
171 do Decreto quando se refere aos parâmetros para exigência de segurança de
172 barragens bem como ampliação para todos os tipos de reservatórios
173 independente da finalidade de uso. A Presidente faz breve relato sobre as
174 alterações e a proposta de resolução e após discussão e esclarecimentos, a
175 coloca a recomendação de alteração do Decreto e a proposta de resolução em
176 regime de votação. **Aprovado por unanimidade. Item 18. Decreto que Cria**
177 **Programa de Regularização de Poços e Proposta de estruturação de**
178 **programa de incentivo a regularização de poços para captação de águas**
179 **subterrâneas:** A Presidente **Maria Patrícia** esclarece o projeto de
180 regularização de poços. Destaca que esta sendo proposto institucionalizar,
181 junto com o Decreto, uma política pública na mesma linha que o CRH aprovou
182 na reunião de março e que o CRH faça dois debates. Um quanto a utilização
183 de recursos do FRH para este programa e o segundo debate sobre a
184 regularidade provisória pelo cadastro, que já teve duas resoluções, uma para
185 área rural e outra para área urbana, e a proposta é que se trate deste
186 cadastramento de forma mais ampla para que o usuário que faça o cadastro
187 tenha uma perspectiva maior de prazos de validade. Portanto, a proposta de
188 encaminhamento é levar uma matéria para a CTRH, com os critérios para o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
95ª REUNIÃO ORDINÁRIA

189 uso dos recursos e propostas de subsídios e um segundo debate, para a
190 CTAS, para que, a partir daquelas resoluções de regularidade mediante
191 cadastro, se elabore uma resolução mais estruturada, com um prazo não tão
192 curto como o que está nessas em vigência, visando permitir um planejamento
193 para o usuário se cadastrar e ter uma segurança disso. Constata a ausência de
194 quórum para deliberações, a Presidente **Maria Patrícia** deu por encerrada a
195 reunião e eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do
196 CRH/RS, lavrei esta a ata.